CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "SAÚDE E INCLUSÃO PELO DESPORTO NO ÂMBITO DO PIICIE 2.0"

TIPO DE PROCEDIMENTO: AJUSTE DIRETO

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: 10/PS/2023 – 2023/300.10.005/319

PREÇO BASE: € 7.500,00

PARTE I

Cláusulas Jurídicas

Normas Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a implementação de atividades de basquetebol nas escolas, nomeadamente nas Escolas do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico do concelho de Proença-a-Nova, com o objetivo de promover a inclusão social de modo a diminuir fenómenos de abandono e insucesso escolar, bem como promover o bem-estar e saúde através do desporto, no âmbito do desenvolvimento do projeto "Saúde e Inclusão pelo Desporto no âmbito do PIICIE 2.0", enquadrando-se na atividade 1.14 Oficina da Saúde e Bem-Estar do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar 2.0., com observância das especificações técnicas constantes da PARTE II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Prazo

1. A prestação de serviços no âmbito do presente procedimento vigora durante o prazo de **quatro meses**, com início previsto para o dia um de março de 2023, data a partir da qual produzirá efeitos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. A prestação de serviços caducará no final do seu prazo, independentemente de qualquer formalidade ou notificação.

Cláusula 3.ª

Local de execução

Os serviços objeto do presente contrato ocorrerão nas instalações das Escolas do 1.º Ciclo de Proença-a-Nova e Sobreira Formosa (alunos do 1.º CEB) e no Pavilhão Desportivo Municipal (alunos do 2.º CEB da Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca de Proença-a-Nova).

Cláusula 4.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
    a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
    b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
    c) O presente Caderno de Encargos;
    d) A proposta adjudicada;
    e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5.ª
Seguros e encargos sociais

1. O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução da prestação de serviços objeto do presente contrato, podendo o Município de Proença-a-Nova, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos referidos contratos de seguro.
2. O adjudicatário ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei.
3. O adjudicatário é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de 10% do valor do contrato.
4. O adjudicatário obriga-se a efetuar o seguro do trabalhador afeto à prestação de serviços, em conformidade com o disposto nos números seguintes.
5. A apólice de seguro cobrirá acidentes de trabalho e doenças profissionais.
6. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do adjudicatário.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 6.ª
Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:
    a) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos, das Especificações Técnicas contidas no mesmo, e da respetiva Proposta;
    b) Executar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados, cumprindo as condições fixadas para a execução do trabalho;
    c) Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
    d) Garantir condições de segurança e saúde no trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a

identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

e) Garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais;

f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Câmara Municipal e prestar as informações que forem solicitadas;

g) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;

h) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o adjudicatário e os representantes da Câmara Municipal.

i) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor do contrato e a entidade adjudicatária;

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 10.ª

Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, o Município de Proença-a-Nova pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório dos preços unitários multiplicados pelos serviços efetivos decorrentes da execução do contrato não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros**) que constitui o respetivo preço contratual, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem IVA).
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal, nomeadamente o alojamento e alimentação das equipas técnicas, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas mensalmente, no prazo máximo de 60 dias, após a receção pela Câmara Municipal das respetivas faturas, juntamente com o mapa de assiduidade mensal (cujo modelo será enviado após adjudicação), as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA, e só poderão ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas e após a prestação dos serviços ou dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1 da LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o total cumprimento das obrigações previstas nas peças concursais, após a validação por parte do gestor contrato de que cumprem, na íntegra, o estipulado no presente caderno de encargos.
3. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 ª, as faturas serão pagas ao adjudicatário de acordo com as normas usuais no Município.

Cláusula 12.ª
Fatura Eletrónica

1. As faturas devem ser emitidas em nome do Município de Proença-a-Nova, NIF: 505377802, sito na Avenida do Colégio, S/N, 6150-401 Proença-a-Nova, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º de encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
2. As faturas e demais documentos fiscalmente relevantes são remetidos ao Município **por via eletrónica – EDI**.
3. O Município de Proença-a-Nova utiliza as plataformas eletrónicas **Saphety e Ilink**.
4. Considera-se garantida a autenticidade da origem e a integridade do conteúdo dos documentos emitidos por via eletrónica se adotado, nomeadamente, um dos seguintes procedimentos:
    a) Aposição de uma assinatura eletrónica qualificada nos termos legais;
    b) Aposição de um selo eletrónico qualificado, nos termos do Regulamento (UE) n.º 910/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014;
    c) Utilização de um sistema de intercâmbio eletrónico de dados, desde que os respetivos emitentes e destinatários outorguem um acordo que siga as condições jurídicas do «Acordo tipo EDI europeu», aprovado pela Recomendação n.º 1994/820/CE, da Comissão, de 19 de outubro.
5. Sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal, contêm imperativamente os seguintes elementos, sempre que aplicáveis:
    a) Identificadores do processo e da fatura;
    b) Período de faturação;
    c) Informações sobre o cocontratante;
    d) Informações sobre o contraente público;
    e) Informações sobre a entidade beneficiária, se distinta da anterior;
    f) Informações sobre o representante fiscal do cocontratante;
    g) Referência do contrato;
    h) Condições de entrega;
    i) Instruções de pagamento;
    j) Informações sobre ajustamentos e encargos;
    k) Informações sobre as rubricas da fatura;
    l) Totais da fatura.

Cláusula 13.ª
Revogação

1. As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento;
2. Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo;
3. A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.ª

Penalidades Contratuais e Resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Proença-a-Nova pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
    a) Pelo incumprimento dos prazos previstos no contrato, até 10% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Proença-a-Nova pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 20% do preço contratual;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução;
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Proença-a-Nova tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Clausula 15.ª
Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do ponto anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    b) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    c) Determinações governamentais administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo locador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do locador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do locador não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª
Resolução por parte da Câmara Municipal

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Proença-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente por incumprimento de prazos, e má prestação dos serviços objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Proença-a-Nova.

Cláusula 17.ª
Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
   a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
   b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
   c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
   d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé á exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
   e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual, ou caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial.

4. Nos casos previstos na alínea c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Clausula 18.ª
Caução

É dispensada a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS
Cláusula 19.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Cláusula 20.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª
Gestor do contrato

1. Cada uma das Partes obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, que desempenha o papel de interlocutor para todos os fins associados à execução do contrato.
2. O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o trabalhador **Nuno Miguel Cardoso Alves**, a exercer funções no Sector de Juventude e Desporto, da Divisão de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, com o contacto telefónico 274 670 000 – Ext. 145, e o endereço eletrónico: nunoalves@cm-proencanova.pt, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

3. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

4. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 23.ª

Proteção de Dados

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *"o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados", e "o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito".*

2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal Base, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Cláusula 24.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.ª

Regime

Para todas as matérias não contempladas, relativas ao procedimento e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e restante legislação aplicável.

Cláusula 26.ª

Casos omissos

Em tudo o omisso no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contrato Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e, subsidiariamente, a demais legislação aplicável, sendo resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamentado na legislação portuguesa.

PARTE II

CLAÚSULAS TÉCNICAS

Cláusula 27.ª

Especificações Técnicas Gerais

O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) promovido pela Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) e pelos seus municípios (doravante denominado PIICIE 2.0 CIMBB), correspondente ao exercício diagnóstico e estratégico que consubstancia a prioridade de investimento (PI) 10.1. "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração do ensino e na formação" integrada no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da CIMBB.

A estratégia de combate ao insucesso, como referido em atividades do PIICIE, não se pode cingir à sala de aula ou a adaptações de modelos pedagógicos das disciplinas tradicionalmente mais problemáticas. Importa apostar em abordagens preventivas, a par dessas abordagens reativas. A presente ação enquadra-se no Eixo 1. Competências estruturantes para a formação de jovens responsáveis e conscientes do seu papel na comunidade local e global, nomeadamente na atividade 1.14 Oficina da Saúde e Bem-Estar. O objetivo geral da presente atividade é promover a inclusão para diminuir fenómenos de abandono e insucesso. Esta atividade tem como objetivos específicos os seguintes:

- Deteção e acompanhamento de alunos com problemas de integração social e saúde;
- Resposta especializada aos alunos referenciados com problemas de saúde, nomeadamente decorrentes da alimentação;
- Prevenir situações de exclusão social em contexto escolar;
- Ajudar as famílias desfavorecidas a exercerem os seus direitos sociais;
- Proporcionar às famílias os meios e recursos que lhe possibilitam planear a sua vida de forma organizada e autónoma;
- Gerar condições para a mudança;
- Oferecer espaços de reforço de conhecimentos, diferenciados, de inclusão social, no período sem aulas, usando alternativas e meios educativos diferenciados.

Deste modo, a finalidade da presente prestação de serviços está em consonância com as diretrizes da Direção Geral da Educação (DGE), na medida em que considera que existe uma relação positiva entre a atividade desportiva e a saúde em geral das crianças e dos adolescentes, nomeadamente existe uma associação entre a atividade física regular e a redução do stress, ansiedade e depressão. De acordo com a DGE, estes efeitos de natureza afetiva e psicológica decorrente de experiências positivas da atividade desportiva, tendem a aumentar a assiduidade dos alunos e o desempenho académico.

Além disso, numa sociedade cada vez mais urbana, para muitas crianças e adolescentes, a escola é o único meio onde exercem alguma atividade física. Em 2022, o Município e o Agrupamento de Escolas, através do projeto de nutrição na escola também no âmbito do PIICIE 2.0, detetaram diversos casos de alunos com problemas de obesidade e outros problemas decorrentes da má alimentação.

Neste sentido, consideramos que este projeto promove um estilo de vida saudável nos jovens, com efeitos preponderantes ao nível da sua saúde e bem-estar. De facto, a atividade física tem um efeito impactante na saúde dos jovens, mas também na sua inclusão. A inclusão social é outro dos

importantes contributos da atividade desportiva. As experiências positivas decorrentes da atividade desportiva oferecem um sentimento de pertença a uma equipa ou grupo, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de capacidades e competências valorizadas e de redes sociais com coesão e atitude cívica.

A presente prestação de serviços deverá ter como foco a implementação e desenvolvimento do projeto "**Saúde e Inclusão pelo Desporto no âmbito do PIICIE 2.0**", enquadrada nestes objetivos.

Neste sentido, a prestação de serviços deverá ter como objetivo a implementação das atividades de basquetebol nas escolas, nomeadamente no 1º e 2º ciclos, de modo a promover a saúde e bem-estar dos jovens, mas também a sua inclusão social, de modo a diminuir fenómenos de abandono e insucesso escolar.

Assim, a proposta da presente prestação de serviços deverá assegurar as seguintes condições:

- Desenvolver treinos de basquetebol por idades/turmas no Agrupamento de Escolas de Proença-a-Nova, nomeadamente:
    - 1º ciclo (Escolas do 1.º CEB de Proença-a-Nova e Sobreira Formosa):
        - Duas vezes por semana das 12h30 às 14h00
            - 1º e 2º anos às 4ª feiras
            - 3º e 4º anos às 5ª feiras
    - 2º ciclo (Pavilhão Municipal de Proença-a-Nova):
        - Uma vez por semana das 14h00 às 16h30
            - 4ª ou 5ª feiras
- Efetuar a inscrição de todos os participantes nos escalões de competição e dos alunos do minibasquete, que queiram participar nos torneios/convívios/ encontros. Para tal, deverão assegurar a realização de exames médicos desportivos ou entrega de declarações médicas, efetuadas por um médico(a);
- Assegurar que os alunos inscritos têm seguro desportivo, com as condições asseguradas pela Federação Portuguesa de Basquetebol;
- Assegurar que os treinos são dados por treinadores qualificados pela Federação Portuguesa de Basquetebol;
- Assegurar a realização de um torneio distrital de minibasquete em Proença-a-Nova;
- Assegurar a participação dos alunos em diversos torneios distritais e regionais;
- Reunir com os Professores de Educação Física das escolas para promover o projeto nas aulas;
- Assegurar o material desportivo necessário para a prática do basquetebol;
- Envolver sempre que possível a escola ou os clubes locais, que queiram ter formação na área, bem como atrair pessoas com gosto pela modalidade para treinadores;
- Assegurar as todas as atividades referidas de 1 março de 2023 a 30 junho de 2023.

Outras especificações técnicas:

Decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- O prestador de serviços deverá trabalhar em colaboração com Educadores, Professores e Executivo Escolar na definição de medidas e respostas educativas adequadas e diferenciadas;
- O prestador de serviços, na impossibilidade de lecionar os treinos, deve avisar previamente a escola com uma antecedência mínima de 24 horas;
- No caso da existência de qualquer constrangimento que impeça parte ou a globalidade da execução do contrato (como por exemplo: situações pandémicas, etc.), o prestador de serviços deve notificar o gestor do contrato;
- Todas as fichas de inscrição dos alunos, bem como as declarações médicas e os comprovativos do seguro deverão ser remetidas ao gestor do contrato;
- Os custos de deslocação entre estabelecimentos escolares é da exclusiva responsabilidade do prestador de serviços.

Reportes:

- Mapa mensal de assiduidade (minuta a enviar posteriormente);
- Relatório Final da Atividade (minuta a enviar posteriormente);

Paços do Concelho, nove de fevereiro de 2023

O Presidente da Câmara

JOÃO MANUEL VENTURA GRILO DE MELO LOBO

Digitally signed by JOÃO MANUEL VENTURA GRILO DE MELO LOBO
Date: 2023.02.09 10:55:43 +00:00

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.